

Antolhos e possibilidades da Ciência Política

Joyce Miranda Leão Martins
Universidade Federal de Alagoas

Simone Piletti Viscarra
Universidade do Vale do São Francisco

Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem.

José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*

Desde que Francis Fukuyama (1989) anunciou o fim da história, no final dos anos 1980, o desfecho da humanidade já mudou algumas vezes. A certeza do espraio da democracia liberal pelo mundo foi de encontro tanto às denúncias de uma cidadania restrita e de segunda categoria (Pateman, 1993; Taylor, 1994) quanto à reação a novos direitos e sujeitos políticos. Por um lado, exige-se mais do que a democracia moldada de acordo com o indivíduo dos contratos sociais da modernidade: o homem branco, proprietário, europeu (Pateman, 1993). Por outro, tenta-se reduzir o alcance da cidadania, impedindo àqueles que chegaram tardiamente ao horizonte da política de se constituírem plenamente, vide fenômeno do neoconservadorismo (Biroli et al., 2020; Martins, 2022).

A crise dessa democracia já foi anunciada em diferentes ocasiões e, em muitos contextos, apanhou a Ciência Política de “calças curtas”: Preocupada em medir consolidação e qualidade do regime, ela precisou lidar com anúncios de turbulência: o declínio da lealdade partidária; a erosão da confiança nas instituições representativas; a mídia transformando os cidadãos em eleitores voláteis (Manin, 1995); as grandes manifestações de rua – convocadas pela internet – contra governos. A disciplina foi surpreendida pela realidade que exigia a ampliação de olhares e epistemes, de objetos de estudo e de lugares de acontecimento da política, muitas vezes delimitados pelo escopo das teorias da escolha racional, que transformaram a economia – antes dimensão contextual – em antropologia e linguagem (Lessa, 2011).

O *modus operandi* da Ciência da Política *mainstream* vem da matriz e da institucionalização norte-americanas, que desde a revolução comportamentalista rechaçaram – como meio de compreensão do real – tanto a filosofia política quanto as metodologias qualitativas. Na ânsia de fornecer explicações rigorosas, assumiu-se a meta de uma ciência com orientação empírica, positiva e analítica; a estatística como o caminho válido; a busca pela neutralidade axiológica como fim; os dados como sendo quantitativos ou quantificáveis (Peres, 2008).

Essa trajetória encontrou a experiência brasileira na década de 1970 e foi “fonte inspiradora para a reorientação do conhecimento político sistemático do Brasil” (Lessa, 2011, p. 19). Desde então, o país “deixou de ser interpretado e passou a ser explicado” (Lessa, 2011, p. 17), por meio de análises que abriram mão de compreender os sentidos e os significados de um mundo dotado de

simbolismos e subjetividades como é o da política. Essa história, contudo, não se fez sem contraposição, sendo alvo de críticas até mesmo no berço que a embalou.

Depois do ápice do comportamentalismo, que negligenciou influências sociais na ação política, as instituições foram trazidas de volta à cena (Olsen, 2008; Hall; Taylor, 2003); houve reivindicações de variadas lógicas de causalidade (Mahoney, 2010; Ragin, 1987, 2000); a teoria passou a abrigar uma parte normativa desde John Rawls (1970); as ideias foram apontadas como fundamentais para o entendimento da ação dos sujeitos (Schmidt, 2008; Garcé, 2015); as antigas teorias foram acusadas de vieses de gênero (Friedenberg, 2020). Assim, o comportamentalismo passou a coexistir com diferentes paradigmas neoinstitucionais pelos menos desde os anos 1990 (Hall; Taylor, 2003), deixando-se de fazer tábula rasa ao contexto e à história.

Longe de ser uma corrente unívoca, os neoinstitucionalismos priorizaram distintos enfoques (culturais, históricos, racionais), e o discursivo apareceu como oportunidade para pensar lacunas explicativas (Garcé, 2015). O neoinstitucionalismo feminista, por sua vez, evidenciou a construção de uma ciência longe da neutralidade, interpelando a produção de maior objetividade nas análises, resultados, teorias.

Nos anos 2000, a American Political Science Review (APSR) recebeu e-mail do “Sr. Perestroika”, criticando a Associação Americana de Ciência Política (APSA) por privilegiar métodos quantitativos e teorias positivas herdadas da Economia.

Por que todos os artigos da APSR usam a mesma metodologia — estatística ou teoria dos jogos — com um artigo ‘simbólico’ de teoria política que costuma ser um trabalho que foi rejeitado pela revista Political Theory [?] Onde estão [os estudos de] história política, história internacional, sociologia política, metodologia interpretativa, construtivistas, estudos de áreas, teoria crítica e last but not least — pós-modernismo? (Mr. Perestroika, 2005, p. 10, tradução livre das autoras).

As queixas do Sr Perestroika e o pedido por uma ciência plural e inclusiva, encontraram eco, uma semana depois, em mais de 220 cientistas da política, entre eles: Seyla Benhabib, Peter Hall, Ian Shapiro, Charles Tilly e Theda Skocpol, que apresentaram carta aberta à diretoria da APSA, questionando por que o foco em métodos técnicos, em detrimento de “substantivas questões políticas que intrigam atualmente um grande número de membros da APSA, assim como audiências intelectuais mais amplas” (Allen *apud* Andrews, 2010, p. 173). Seguindo essa linha, em 2004, Giovanni Sartori publicou “Where is Political Science Going?”. No texto, criticava a noção estreita de Ciência Política no solo norte-americano, que, de acordo com ele, adotara um modelo inadequado de ciência, importado de outras áreas e promovia uma ciência deprimente, carente de lógica e de utilidade. As críticas, contudo, deixavam de lado os conflitos políticos, econômicos e sociais que atravessam a construção do saber. À questão “conhecimento para quê?”, colocada por Sartori (2004), podemos acrescentar: conhecimento para quem?

A negligência da vida política que corre por fora das instituições, como aquela presente nos movimentos sociais e nas instâncias midiáticas, é outro problema para a disciplina que se quer objetiva e afeita aos fatos: restringir as análises à dimensão institucional limita “as possibilidades de compreensão da reinvenção da política e do político a partir das práxis sociais emergentes” (Bringel, 2013, p. 44). A “Ciência Política padrão”, de acordo com Douzinas (*apud* Tavares; Oliveira, 2016, p. 38, “obcecada com as maquinações de governos, partidos e parlamentos, não pode entender

esses eventos espontâneos e os rejeita como sendo não políticos". A lacuna no conhecimento, produzida pelo que Bringel (2013) chama de "miopia política", nós consideramos antolhos, estreitamentos da visão que se recusa a olhar para a diversidade de caminhos explicativos; teóricos; compreensivos – que unem explicação e interpretação (Weber, 2003).

Se apenas voltar à interpretação não basta (Lessa, 2011), é preciso pelo menos ponderar acerca do calcanhar temático (Tavares; Oliveira, 2016) que reduz o potencial explicativo da disciplina, levando adiante razões parciais (Wollstonecraft, 2016) de determinados agentes e epistemes. Por isso, no sul do mundo, interpela-se à descolonização do saber e se chama atenção para o atual estado de uma política da ciência (Ravecca, 2007) que produz e reproduz hierarquias do conhecimento (Lenine, Mörschbacher 2020), dando "la espalda a su propia politicidad". (Ravecca, 2007, p. 1).

A separação contundente entre filosofia e Ciência Política "tiende a 'quebrar' el ejercicio intelectual, en este sentido: o se 'analiza' o se realizan 'juicios de valor'. Pero si la economía es, siempre, economía política, lo mismo ocurre con la epistemología: lo epistemológico es, siempre, epistemológico-político" (Ravecca, 2007, p. 10).

Grande parte do conhecimento em Ciência Política "é produzido por grupos de pessoas com características semelhantes, o que em si invisibiliza outros atores e, conseqüentemente, seus discursos e visões. Existe um déficit de representatividade de gênero, raça e origem regional" (Lenine, Mörschbacher 2020, p. 124). Perscrutar as relações de poder na área ajudaria no entendimento da reprodução acrítica da ciência normal (Kuhn, 2011). Embora o debate não seja novo, "la disciplina llamada al análisis del poder y de los asuntos colectivos parece ser de las menos interesadas en reflexionar en términos de los efectos políticos de su propio discurso" (Ravecca, 2007, p. 1).

Este dossiê, organizado pela diretoria da ABCP Regional Nordeste (2023-2025), gestão Ciência Política Plural, colabora com a diminuição do calcanhar temático do que é considerado prioritário e relevante pela disciplina, ampliando as possibilidades desta. O texto de abertura, escrito por Luis Felipe Miguel, começa com afirmação provocativa: *A falta que ela faz – análise de classes e democracia*. O artigo se exime da polêmica levantada há décadas por Norberto Bobbio (1975): existe uma teoria política marxista? A resposta de Bobbio (1975), seguida por autores marxistas, é não. Ao "concordar" com o pensador liberal, o cientista político argentino, Atilio Borón, explica: "a pergunta pela existência de uma teoria 'política' marxista somente tem sentido quando construída a partir dos supostos básicos da epistemologia positivista das ciências sociais" (Borón, 2007, p. 4), que separa a vida política da social. Essa cisão bárbara, continua Borón (2007, p. 4), "é incompatível para as premissas fundantes da tradição marxista".

Para Miguel, o relevante no debate atual é o que o conceito de classes poderia fazer para ampliar a imaginação política e um projeto consistente de emancipação humana, embora não haja "na tradição marxista, uma teoria democrática própria". O autor recorda que a democracia foi produzida pela pressão dos dominados, em especial dos trabalhadores, e que a crise democrática atual está relacionada à perda da força política dessa classe. E constata outra crise: a da teoria da democracia, incapaz de entender os processos políticos contemporâneos. A crítica de Miguel também se volta à chamada deste dossiê que se quer plural: "palavras como 'classe' e 'capitalismo'

brilham pela ausência". A partir de agora, iluminarão de outro modo, evidenciando a importância no debate e o vínculo com outros marcadores sociais, como gênero e raça.

Wesley Santos, no artigo *Os novos caminhos epistemológicos das Ciências Sociais Computacionais (CSC) e as crises de representação nas democracias*, chama atenção para a imbricação entre o avanço da tecnologia e a erosão democrática. Quando o problema foi anunciado anteriormente, por causa da televisão e da emergência da imagem como variável explicativa do voto, Manin (1995) julgou se tratar apenas de uma metamorfose do governo representativo. Na interpretação do filósofo, haveria pouco de democracia no regime contemporâneo, o que impediria alegar a crise.

Com a advento da internet, haverá algo novo para além do que foi percebido por Manin? O governo representativo está em vias de erosão? É o que de alguma maneira Tiago Negrão de Andrade e Maria Cristina Gobbi vão abordar no artigo *A destruição epistêmica do pensamento* ao problematizar a reconfiguração da verdade pelo neoconservadorismo. Os autores indicam como a dinâmica das plataformas digitais é nociva ao pensamento crítico e à defesa dos valores democráticos, que se veem cerceados por estratégias discursivas que buscam minar as visões de mundo que possibilitaram a intitulada democracia moderna.

Seguindo nessa trilha, Mayara Hemann Lamberti et al. apresentam o artigo *A democracia que habita o imaginário*, indagando sobre o que os brasileiros falam quando falam de democracia. Lamberti et al. percebem tensões entre o apoio declarado ao regime democrático e atitudes ambíguas ou até antidemocráticas, por meio das quais o voto importa mais do que pluralismo de ideias e igualdade de direitos. O tema é fundamental para começar a entender o que é explicado por Valéria Cabrera e Mariana Chaise no texto seguinte, *A adesão à democracia em xeque*.

As autoras percebem que as concepções de democracia, da opinião pública, são diversas. Por isso, mapeiam diferentes contextos ideológicos e intelectuais em que a democracia é defendida, explorando as diversas interpretações de seus valores e propósitos, objetivando contribuir para embasamento de propostas futuras de mensuração mais sensíveis às múltiplas concepções democráticas.

Nesse contexto de ampliar a compreensão das democracias e das anunciadas crises contemporâneas, esquerda e direita ainda têm diferença? Ainda fazem sentido para pensar o jogo político-partidário? É o que Adriana Soares Alcântara e Olivia Cristina Perez respondem ao analisar o Legislativo brasileiro em *Agendas Parlamentares e Desigualdades*. Os resultados evidenciam as diferenças entre os partidos responsáveis pelas proposições que enfatizam temas de saúde, segurança pública e economia e legendas que apresentam projetos voltados aos direitos humanos, à educação e à diversidade.

O sétimo artigo do dossiê, escrito por Gabrielle dos Santos Marques, Nicole Brito de Sena e Brenda Rodrigues Barreto, problematiza a *Representação política feminina e conservadorismo* por meio de uma construção discursiva do Partido Liberal (PL) Mulher, liderado por Michelle Bolsonaro. Numa perspectiva teórica feminista, o estudo investiga como o PL Mulher incentiva a participação política das mulheres, mobilizando pautas de gênero, mas negando e esvaziando as pautas do movimento feminista. Os resultados desafiam concepções estabelecidas sobre a representação de gênero e ajudam a compreender como a direita contemporânea se enquadra e se apropria de determinados temas para fins eleitorais.

O texto seguinte, *Do "Estatuto das Famílias" ao "Estatuto da Família"*, de Rayani Mariano dos Santos, vem na mesma toada, problematizando as ações do conservadorismo dentro da política institucional. O artigo compara o PL que buscava um "Estatuto das Famílias" (visão plural) com o PL que impunha um "Estatuto da Família" (visão restritiva/heteronormativa). A autora mapeia a evolução legislativa da moral e dos costumes e o crescente poder da bancada conservadora no Congresso Nacional, que atua restringindo o universo de possibilidades políticas e o horizonte de direitos.

A produção legislativa sobre gênero na Amazônia é título do artigo de Rayza Sarmento e Larissa Evelyn da Matta Amaral, que investiga a incorporação da agenda de gênero e direitos das mulheres na Assembleia Legislativa do Pará ao longo das últimas duas décadas. Baseado em um banco de dados de 145 proposições, o estudo analisa a representação substantiva feminina em um contexto subnacional pouco explorado. Contribuindo para o debate de Gênero e Política, o artigo oferece dados empíricos relevantes sobre a produção legislativa feminina, revelando as prioridades e as lacunas (como a baixa abordagem interseccional) dentro das casas legislativas estaduais.

Ainda pautando grupos minoritários nas esferas de poder, Douglas Santos Alves escreve *Movimento LGBTQ+ e participação política sob os governos do PT*. O artigo analisa a relação entre o movimento LGBTQ+ brasileiro e o Estado durante os governos do PT, período marcado pela institucionalização da participação civil. A pesquisa investiga os limites e as contradições desse reconhecimento formal, utilizando um estudo quantitativo de 2014 com militantes da ABGLT, cujo foco é mapear a percepção da militância sobre sua atuação institucional, a avaliação dos avanços e retrocessos, e as estratégias futuras de apoio e negociação. Desse modo, fornecendo dados empíricos sobre a relação Estado-Sociedade Civil, aprofunda o debate sobre os desafios da "democracia participativa" e as tensões entre o reconhecimento formal e a autonomia do movimento e da representação política de grupos minoritários.

Em *Fórum Municipal de Participação Cidadã "Tá Selado"*, Lucas Silva Cavalcante Franco e Fernanda Valli Nummer analisam a participação política de lideranças comunitárias do bairro Terra Firme (Belém-PA). A pesquisa investiga as estratégias de mobilização e os desafios institucionais que comprometem a legitimidade do fórum e sua influência. Assim, contribui para o debate sobre democracia participativa em nível municipal, sobretudo com foco em instâncias formais, como no caso do Orçamento Participativo.

Por fim, mas não menos importante, estão os textos de Tânia Machonisse, Jeilson Djassi e Luizinho Jorge Cá sobre Moçambique e Guiné-Bissau. Em *Desafios para a vivência de uma cultura política participativa em Moçambique*, de Tânia Machonisse, é analisada a crise de legitimidade do governo da Frente de Libertação (FRELIMO), através dos protestos pós-eleitorais iniciados na década de 2010. A pesquisa explora como a FRELIMO, apesar da transição para a democracia multipartidária, em 1992, mantém o poder através da partidização das instituições estatais e da fragilidade da oposição, perpetuando resquícios autoritários do seu regime original. A importância deste estudo reside em expor os obstáculos estruturais à plena consolidação democrática em Moçambique, identificando as causas profundas da persistente crise de legitimidade do regime e da instabilidade política manifestada nos protestos pós-eleitorais.

A inserção da Guiné-Bissau no modelo democrático, escrito por Jeilson Djassi, debate a inserção e as crises políticas institucionais que têm impedido a consolidação do modelo democrático na Guiné-Bissau (1991–2023). O estudo foca nas instabilidades cíclicas causadas por

problemas iniciados ainda na década de 1970 e que incluem o descumprimento das normas democráticas e que minam a governabilidade e o Estado de direito. O estudo também aponta para a atual supressão dos direitos fundamentais, incluindo a repressão a manifestações e a liberdade de expressão. O texto fornece um diagnóstico das fragilidades institucionais da Guiné-Bissau.

O dossiê é encerrado com o texto *Democracia liberal e realidade indígena na Guiné-Bissau*, de Luizinho Jorge Cá. A análise foca na interação contrastante entre o modelo democrático moderno e a realidade sociocultural endógena, marcada pela diversidade multiétnica. O destaque do artigo está em refletir sobre a aplicação unívoca de modelos democráticos ocidentais em contextos não ocidentais, enfatizando a necessidade de uma epistemologia específica para analisar democracias em ambientes de diversidade multiétnica e estruturas autóctones. Assim, contribui para os debates sobre transições democráticas, a teoria dos regimes híbridos e a adequação cultural dos sistemas políticos, evidenciando a necessidade teórica e prática de repensarmos o entendimento sobre a democracia e os axiomas da nossa disciplina. Este dossiê tem justamente essa proposta.

Referências

- ANDREWS, Christina. Esboço de uma disciplina em crise: a disputa metodológica da Ciência Política norte-americana. *Perspectivas*, v. 38, p. 171-194, 2010.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOBBIO, Norberto. Esiste una dottrina marxista dello Stato? *Mondoperaio*, a. 28, n. 8-9, p. 24-31, 1975.
- BORÓN, Atilio. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: BORÓN, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). *A teoria marxista hoje – problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007, p. 1-17.
- BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, n. 62, p. 43-51, jul.-set. 2013. Disponível em: <<https://insightinteligencia.com.br/miopias-sentidos-e-tendencias-do-levante-brasileiro-de-2013/>>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- FREIDENBERG, Flavia; GILAS, Karolina M. Neoinstitucionalismo feminista. In: GILAS, Karolina M.; PARCERO, Luz María Cruz (eds.) *Construyendo Ciencia Política con perspectiva de género*, Ciudad de México: FCPyS-UNAM, 2020, p. 31-53.
- FUKUYAMA, Francis. The end of History? *The ational Interest*, n. 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24027184>>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- GARCÉ, Adolfo. El institucionalismo discursivo como oportunidad. La ciencia política latinoamericana y el estado del arte en la literatura sobre el poder político de las ideas. *Política y gobierno*, v. 22, n. 1, p. 199-226, 2015.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193-224, 2003.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LENINE, Enzo; MÖRSCHBÄCHER, Melina. Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em Ciência Política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 31, p. 123-160, 2020.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, n. 82, p. 17-60, 2011.

MAHONEY, James. After KKV: the new methodology of qualitative research. *World Politics*, v. 62, n. 1, p. 120-147, 2010.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, p. 5-34, 1995.

MARTINS, Joyce Miranda Leão. Neoconservadorismo na América Latina: o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos como elemento da erosão democrática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 37, p. 1-8, 2022.

MR. PERESTROIKA. On the irrelevance of APSA and APSR. In: MONROE, Kristen Renwick (org.). *Perestroika: the raucous rebellion in political science*. New Haven: Yale University Press, 2005. p. 9-11.

OLSEN, March. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERES, Paulo S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 53-71, out. 2008.

RAVECCA, Paulo. *La ciencia política y la política de la ciencia: un ejercicio de introspección disciplinar desde América Latina hoy*. 2007. Disponível em:

<<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2007/pensa/ravecca.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

RAGIN, Charles C. 2000. *Fuzzy-set social science*. Chicago: The University of Chicago Press.

RAGIN, Charles C. 1987. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press.

SARTORI, Giovanni. Where is Political Science going? *Political Science and Politics*, v. 37, n. 4, p. 785-789, oct, 2004.

SCHMIDT, Vivien. Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse. *Annual Review of Political Science*, n. 11, p. 303-326, 2008.

TAVARES, Francisco Mata Machado, OLIVEIRA, Ian Caetano. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. p. 11-45, 2016.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, Charles (org.). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 45-94.

WEBER, Max A objetividade do conhecimento na ciência social e na Ciência Política. In: WEBER, Max. *Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Centauro, 2003, p. 107-154.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Joyce Miranda Leão Martins (joycesnitram@yahoo.com.br) é Diretora da Regional Nordeste da ABCP (2025). Vice-diretora da ABCP Nordeste (2023-2035). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Professora de Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Líder do Iaras – Núcleo de Estudos de Gênero.

Simone Piletti Viscarra (simone.viscarra@univasf.edu.br) foi Diretora da Regional Nordeste da ABCP (2023-2025). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Líder do Politik – Centro de estudos em instituições, participação e cultura política.